

AS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA PARA A MULHER NEGRA¹

Lucileide Salles da Conceição²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal problematizar conceitos importantes para o estudo do feminismo negro no contexto brasileiro, tendo como base três autoras: Lélia Gonzalez, Sônia Maria Giacomini e Sueli Carneiro. Para isso, foram pesquisadas parte da produção escrita das autoras, levando-se em consideração os limites inerentes a um trabalho de conclusão de curso. Esse tema de estudo é parte também de um anseio pessoal sentido de uma autocompreensão de uma estudante negra residente do Recôncavo Baiano.

Palavras-chaves: escravidão - Brasil; feminismo - Recôncavo (BA); feministas negras - Brasil.

ABSTRACT

The main objective of this article is to problematize important concepts for the study of black feminism in the Brazilian context, based on three authors: Lélia Gonzalez, Sônia Giacomini and Sueli Carneiro. For this purpose, part of the authors' written production was researched, taking into consideration the inherent limits of a graduation research. This study theme is also part of a personal longing for a self-understanding of a black student living in the Recôncavo Baiano region.

Keywords: black feminists - Brazil; feminism - Recôncavo (BA); slavery - Brazil.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Victor Martins Souza.

² Bacharela em Humanidades e licencianda em História pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo foi problematizar conceitos no âmbito de pesquisa sobre o feminismo negro, com base em discussões trazidas por Lélia Gonzalez, Sônia Maria Giacomini e Sueli Carneiro.

Na minha condição de estudante, mulher negra e moradora do Recôncavo Baiano reconheço que este tipo de estudo, consiste em melhor compreender a minha identidade feminina, negra e acadêmica.

Para isso e melhor compreensão, do assunto, aqui apresentando, inicio o artigo apresentados elementos biográficos das teóricas utilizadas no trabalho, buscando identificar como elementos subjetivos corroboraram os conceitos utilizadas pelas autoras Gonzales, Giacomini e Carneiro.

O Brasil de hoje, é um país miscigenado, cheio de cultura e história. Essa mistura, aconteceu quando os portugueses chegaram aqui, no Brasil, colonizaram os nativos e quando resolveram “arrancar” os africanos das suas terras, em nome de um sistema colonial, que foi benéfico para os homens brancos e que hoje usufrui dos privilégios desses sistemas. Essa identidade brasileira, segundo Carneiro (2019), que foi forjada, através de uma violação colonial, do homem branco para com a mulheres negras e indígenas, serviu como base de todas as hierarquias de gênero e raça. E que pelo meio dessa violência colonial, também transformou a identidade da mulher negra, e que também se tem reconhecimento dessa opressão, sofrida por elas. Com base nessa reflexão, percebe-se a importância da leitura teórica de autoras como Sueli Carneiro para melhor compreender, inclusive, a história do Brasil no contexto contemporâneo.

2 A ESCRAVIDÃO VIVENCIADA PELA MULHER NEGRA BRASILEIRA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO HOJE EM DIA

Lélia Gonzalez (1984), em seu artigo sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, faz algumas perguntas, sobre “o que as nossas antepassadas fizeram, durante o período de escravidão no Brasil, para que hoje, sofrermos opressão?”; para responder ou compreender essa pergunta, devemos olhar para o passado, e se perguntar “o que aconteceu com elas, para que hoje em dia soframos essa opressão?”

Sônia Giacomini, por outro lado, observa que a sociedade brasileira era, no ano de 1872, composta em sua maioria por escravizados. Segundo Giacomini (1988), os escravizados eram

em sua maioria homens, pois era mais vantajoso, os quais produziam mais mercadorias, e segundo os dados de 1872: “Dados sobre a composição sexual da população escrava, fornecidas pelo censo de 1872, mostram que dos 805.170 escravos homens existentes, 503.744 (62%) estavam empregados na agricultura; das 705.636 escravas, 304.657 (43%) encontravam-se ao mesmo setor de atividade (Conrad,1975, p.360 apud Giacomini, 1988, p.25).”

As mulheres negras trabalhavam, em várias áreas, nas lavouras de cana-de-açúcar dentro dos casarões, não ao mesmo tempo, exercendo também duas funções, objeto trabalho e objeto sexual. além disso tinha que conciliar com a gravidez. Dessas gravidez, surgiu um comércio lucrativo, a de ama de leite. Ser ama de leite, na época da colonização brasileira, seria saber que seus filhos se separariam de você, ou teria que dispensar mais atenção para o filho da senhora, do que o seu. (Giacomini, 1988)

A ama de leite seria as babás da época da colonização. Atualmente, pode ser representada pela mãe preta, já que a mulher negra são representadas por mãe preta, mulata e empregada, na sociedade que vivemos, mas de uma forma, não explícita. (Gonzalez, 1988 , p.235).

Na versão mulata, podemos falar, sobre a objetificação do corpo da mulher e do “estupro”, normalizado da época, do senhor em relação às escravizadas. Já que o corpo da mulher negra era pertencente ao seu senhor e além dela exercer seu empenho no trabalho também “fornecia” prazer, embora, na realidade era obrigada e também culpada, com argumentos de que ela seduziu o senhor branco. E seu marido ou pai, não podia a defender. Elas sendo culpada pela sua violência sexual, também despertava ciúmes nas senhoras brancas, esposas dos senhores donos de escravo, que muitas das vezes, aplicavam castigos e amputações, só era permitido a violência, pelas senhoras, se fosse com seus filhos. (Giacomini, 1988)

Hoje em dia ainda se tem uma visão sexual sobre o corpo negro, principalmente nas mulheres. “Que as negras são quentes e que serve somente satisfazer o homem, temos na figura da mulata, endeusada, principalmente no Carnaval”. (Gonzalez, 1984)

Sobre a representação da mulher negra como empregada: Segundo Carneiro (2011) as mulheres negras, são em sua maioria, que ocupa em trabalhos, menos valorizado, sem carteira assinada, ganhando menos do que as mulheres brancas e os homens.

Quando empregadas, as mulheres negras ganham em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos do que os homens brancos. As mesmas fontes governamentais já citadas demonstram o tamanho das desigualdades. O rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos assim se distribui: o homem branco ganha 6,3 salários mínimos; a mulher branca, 3,6; o homem negro, 2,9; a

mulher negra, 1,7. (Carneiro, 2011, p. 120)

Além de ganharem ocupa em sua maioria, cargo de serviço doméstico. (Carneiro,2011) e:

De acordo com a declaração das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neoescravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico. (Carneiro, 2011,p.119)

O problema não está, no trabalho doméstico, mas sim na visão que se tem, que a empregada é somente uma serviçal, que tem tolerar tudo e ignorar os seus:

Quanto a domestica, ela nada mais do que a mucama permitida, da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado aposto da exaltação;porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos contestar que somos vistas como domesticas. Melhor exemplo disso são os casosde discriminação de o de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...]2só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenhasido esquecida. Está aí. (Gonzalez, 1988, p.230 a 231)

2 O PÓS ABOLIÇÃO E OS DIREITOS CONQUISTADOS

Carneiro (2011) levanta, que as questões da desigualdade social no Brasil, relaciona-se com a escravidão, ou melhor dizendo que começou apos abolição daescravidão. Porque apos a abolição da escravatura, não pensou, em como os recém libertos, viveria, ou recomeçaria na sociedade, onde iria trabalhar, onde iria morar.

É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria porlongo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente os recém-libertados. Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Sealguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos.

Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. Dessas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil. (Carneiro, 2011, p.14 e 15)

Se pensasse como inserir os recém libertos na sociedade, talvez não existiria a desigualdade social, que afeta em sua maioria, a população preta e parda. No século 21, dois presidentes, destacado por Carneiro (2011), fez e vem fazendo com que, a população negra, e não negra, tivesse oportunidades e melhorias de vida, acabando com a desigualdade social e o racismo sofrido pela população negra. Os presidentes citados por Sueli foi Fernando Henrique Cardoso e Luis Inacio Lula da Silva, que além de participarem de congressos mundiais que trata sobre esse assunto, implementaram programas sociais.

Deve-se reconhecer, a bem da verdade histórica, que Fernando Henrique Cardoso, em coerência com sua produção acadêmica sobre negro, foi o primeiro presidente na história da república brasileira a declarar em seu discurso de posse que havia um problema racial no Brasil e que era necessário enfrentá-lo com audácia política. Como consequência, em seu governo as primeiras políticas de inclusão racial foram gestadas e implementadas, sendo grandemente impulsionadas pelo processo de construção da participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em Durban, África do Sul, em 2001. (Carneiro, 2011, p.18)

Foi e é um marco importante, na história do Brasil, em relação aos povos negros, um presidente branco, reconhecer que há uma problemática e que vários cidadãos negros brasileiros, sofrem todos os dias, o racismo. Principalmente ser reconhecido, por alguém que ocupou um dos cargos importante, que é a presidência do Brasil. Além do reconhecimento e foram implementadas várias políticas sobre a inclusão racial, no seu governo e houve uma continuação no governo Lula.

Em linha de continuidade, e acrescido das propostas organizadas no documento “Brasil sem Racismo”, o presidente Lula aprofundou esse compromisso com a erradicação das desigualdades raciais. Pode-se dizer, no entanto, que seu primeiro mandato se caracterizou por gestos simbólicos de grande envergadura e tibieza na implementação das medidas concretas de promoção da igualdade racial. (Carneiro, 2011, p.18)

Uma das políticas sociais inserida para a população negra, foram as cotas raciais, em universidades, que visa do acesso a pessoas negras, que não tem acesso, a educação superior. Carneiro(2011) fala sobre a importância das cotas, na educação superior para o povo negro, já que segundo “ministério da educação, em 2000, apenas 2,2% de pessoas negras eram formados nas universidades, já pessoas brancas era de 80%”. Mas quando se trata da mulher negra, ainda

está longe, dela conquista seu espaço e se igualar as mulheres brancas e homens, não só em âmbito da educação, mas em vários âmbitos sociais.

[...]os homens entram mais cedo do que as mulheres no mercado de trabalho com prejuízos para a sua permanência no sistema educacional que, apesar disso, os estudos recentes sobre a mulher no mercado de trabalho revelam que elas precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade dos homens para obter um emprego no setor formal. Para que as mulheres negras alcancem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a 11 anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituídas no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, têm do seu esforço educacional. (Carneiro, 2011, p.93 e 94)

E mais

No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação Brasil, gênero e raça⁵⁵, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes. (Carneiro, 2019, p.119)

3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DAS PESQUISADORAS SOBRE FEMINISMO NEGRO

Figura 1 - Lélia Gonzalez, fotografado por Cezar Loureiro



Fonte: Acervo Revista.

Lélia Gonzalez (1935-1994) destaca-se, no ambiente acadêmico, pela atualidade de seu pensamento. Gonzalez tem refletido sobre a juventude negra e, sobretudo, o feminismo negro, sendo ela uma mulher negra e oriunda de família de baixa renda. Nos anos 1970 e 1980, a autora

trouxe para o debate acadêmico questões referente psicanálise, marxismo e cultura negra.³ Produziu textos emblemáticos para os estudos da temática negra, como “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (Gonzalez, 1984), além de se inserir em debates acadêmicos.

Mineira de nascimento, Gonzalez nasceu em Belo Horizonte foi professora, filósofa e antropóloga, além de ter sido bastante atuante politicamente. Foi cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Olodum. Em vida, engajou-se na luta contrao racismo estrutural, contra a desigualdade de gênero com base na questão racial, bem como na problematização do conceito de democracia racial, forjado por Gilberto Freyre.

Lélia Gonzalez mudou-se para o Rio de Janeiro ainda criança, após o falecimentodo pai. Foi empregada doméstica e baba, e concluiu seus estudos no tradicional colégio do Rio de Janeiro, Pedro II. Gradou-se em História e Filosofia na atual Universidade doEstado do Rio de Janeiro (UERJ), e trabalhou como professora na rede pública de ensino.Realizou, igualmente, mestrado em comunicação social e doutorou-se em antropologia política, com enfoque em gênero e etnia. Foi professora da PUC-RIO, tornando-se chefe do departamento de sociologia e política. Também ajudou a funda do Coletivo de Mulheres Negras Nzinga. Sua atuação em defesa da mulher negra a levou ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, instituição no qual atuou entre 1985 e 1989⁴. (RATTS,2018).

Figura 2 - Sônia Maria Giacomini. Fonte: Site PUC-Rio



Fonte: Site PUC-Rio.

³ Para uma aproximação com a necessidade deste tipo de estudo, consultar: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 263-264

⁴ RATTS, ALEX. As Amefricanas: mulheres negras e feminism na trajetória de Lélia Gonzales. Fazendo Gênero. Consultado em 31 de agosto de 2018.

Sônia Maria Giacomini é graduada em História pela Université de Paris VII e mestrado em antropologia social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Doutorou-se em Sociologia pela SBI/IUPERJ e entre 1980 e 2020 foi professora da PUC-Rio. Assim, como Lélia Gonzalez atua na área de antropologia com ênfase nas relações de gênero e relações raciais. Foi coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente de 2007 a 2013.

Figura 3 - Sueli Carneiro



Fonte: Brasil de Fato On-line.

Sueli Carneiro é filósofa e ativista antirracista, nascida em São Paulo, em 1950. Em 1988, fundou o *Geledés* – Instituto da Mulher Negra, um coletivo independente. Foi convidada, nesta mesma época, para compor o Conselho Nacional da Condição Feminina, em Brasília. Carneiro corroborou a criação do Programa SOS Racismo e nos anos 1990 criou, no âmbito do *Geledés*, um programa de saúde física e mental destinado às mulheres negras. Sueli Carneiro ainda é atuante política e intelectualmente, além de ter recebido muitos prêmios pelo reconhecimento do seu trabalho, como o *honoris causa*, pela Universidade de Brasília (2022), Prêmio Especial Vladimir Herzog (2020) e, dentre outros, Prêmio Direitos Humanos da República Francesa.

4 MULHER NEGRA BRASILEIRA E O FEMINISMO

Além de ser bem importante, os governos antigos e atual, pensarem como garantiros direitos e equidade para os negros, em relação aos brancos. O movimento das negres e o

feminismo negra, foi e é de suma importância. O feminismo negro, luta contra o Sexismo e o racismo. O racismo e o Sexismo em conjunto, causa “asfixia social”, em todos os âmbitos da vida da mulher negra. O feminismo, por não reconhecer, a exclui. (Carneiro, 2011)

De acordo Carneiro (2011) no movimento feminista brasileiro, as questões raciais, que as mulheres negras sofrem, não era levado um tema como prioridade, porque não reconhecia que dentro das questões de gênero, também tem o racial, no cotidiano da mulher negra, pois mulheres brancas, tem acessos e privilégios, que mulheres negras não tem. A partir da aí, que as mulheres negras, decidiram se organizar, através de organizações de mulheres negras no combate ao racismo e o sexismo, tendo como base, a suas realidades.

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (Carneiro, 2019, p.2)

A problemática está quando uma mulher negra e feminista, decide lutar a favor de ideias, que estão longe, das suas realidades, lutando pelo direito das outras mulheres e esquece a sua. (Carneiro, 2019)

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (Carneiro, 2019, p.2)

Apesar dessa separação de luta, realidades diferentes, uma mulher branca, pode ser anti-racista, e uma mulher negra, pode também ajudar na luta das mulheres brancas, não esquecendo a sua realidade.

Acredito que nessa década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. Foi sua temática a que mais cresceu

politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres. O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta anti-racista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesmocomunidade de destinos”. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. (Carneiro, 2019, p.5)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sabemos a escravidão, dos europeus para com africanos e indígenas, deixou marcas profundas. E na vida da mulher negra, trouxe marcas do racismo e do sexismo. Marcas essas, imperceptível, que vai de geração a geração. A solução para que essas marcas não perdurem por muito tempo, tá na lutas do movimento das mulheres negras e feministas negras, está quando o governo, olha para a minoria e pensa nas políticas sociais.

Não só basta lutar, temos que conhecer a história, e entender, que a história do povo negro, não começa na escravidão, vem bem antes. Também compreender a nossa realidades.

Mudar essa realidade, é um trabalho longo, mas que vale a pena. Quanto mais pessoas, se conscientizar, mas as realidades mudam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Editora Jandaíra, 2019.

ARIZA, Maria B. A. Dicionário da escravidão e liberdade. Crianças/ventre livre. Editora Campanha das letras. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Holanda, Heloísa Buarque (org). Pensamento feminista – conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e desigualdade do Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GIACOMINI, Sônia Maria. Mulher e escrava: Uma introdução histórica ao estudo da mulher Negra no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora vozes LTDA, 1988.

GOMES, Lourentino. Escravidão. Vol.1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até morte de Zumbi dos Palmares. Editora Globo livros, 2019

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. Revista ciências sociais hoje, ANPOCS, p.223-244, 1984.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher. Rio de Janeiro: editora tradutora, Rosa dos tempos, 2019.

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: A história da opressão das mulheres pelos Homens. São Paulo: editora tradutora: Pensamento Cultrix Ltda. 2019.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo, Dicionário da escravidão e liberdade. Mulher, Corpo e maternidade. Editora campanha das letras, 2018.

MARTINS, Paloma Afonso; CARRIJO, Christiane. “A Violência Doméstica e Racismo contra Mulheres Negras”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60721, 2020.

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. IBEA- instituto brasileiro de estudos africanistas. Afro/Ásia. São Paulo, edição 14, p. 124 a 136. 1983.

STREVA, Juliana Moreira. Corpo, raça, poder. Extermínio negro no Brasil. Uma leitura Crítica decolonial e foucaultiana. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

PAIVA, Eduardo França. Dicionário da escravidão e liberdade. Alforrias. Editora campanha Das letras, 2018.

PRIORE, Mary Del. Mulheres no Brasil colonial: mulher no imaginário social, mãe e Mulher, honra e desordem religiosidade e sexualidade. São Paulo: editora Unesp, 2002.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Dicionário da escravidão e liberdade. Família escrava. Editora campanha de letras, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado. Dicionário da escravidão e liberdade. Doenças. Editora Campanha de letras, 2018.

TELLES, Lorena Feres da Silva. Dicionário da escravidão e liberdade. Amas de leite. Editora Campanha de letras, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva, 2016.

MOURA, Clóvis. Racismo e luta de classes no Brasil. Editora terra sem amos, 2020.

Site: Escravo nem pensar. Disponível: <https://escravonempensar.org.br/> . Acesso: 19 de Janeiro de 2023